

[Escrever texto]



Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência,
Deputado Alexandre Quintanilha

São Bento, 18 de setembro 2018

Assunto: Requerimento para Audição do Senhor Ministro da Educação.

A abertura do ano letivo 2018/2019 volta a ser marcada com as carências de funcionários nas escolas que sem condições mínimas se vêm obrigadas a adiar o início das aulas e a limitar severamente as atividades letivas dos alunos. Apesar do presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), Manuel Pereira, chamar a atenção de que "O problema da falta de assistentes operacionais é transversal a todas as escolas do país", o Governo, através da Sra. Secretária de Estado da Educação, Alexandra Leitão, desvaloriza esta situação classificando-a como "casos extremamente pontuais". Não são pontuais, tal como o PSD desde o início da legislatura tem vindo a alertar.

Convém recordar que, em 2018, apesar da retórica do "reforço", nas escolas estarão apenas 2/3 dos necessários para manter o mesmo nível de resposta funcional de 2015, sendo que nas escolas básicas e secundárias essa carência é mais sentida. De facto, como o PSD sempre denunciou que dos 3.370 funcionários em falta para manter o mesmo nível de resposta funcional em 2015 na época considerado insuficiente para as necessidades reais, o Governo e o Ministro da Educação, apenas e ao fim de 3 anos colocou a conta-gotas nas escolas cerca 2.500.

Como é público, assistimos ao longo dos últimos anos a uma sistemática tentativa de escamotear a realidade com o Ministro e seus Secretários de Estado a desvalorizarem a situação agravada de falta de assistentes operacionais e técnicos desde 2016. Um facto comprovado não só pelas inúmeras situações de serviços e escolas encerradas por falta de pessoal que marcaram os últimos anos letivos como pelos próprios dados oficiais publicados no Estado da Educação que mostram que em 2015/16 no pessoal não docente dos 54.119 trabalhadores, mais de 41.200 mil tinham contrato por tempo indeterminado enquanto que em 2016/17 o número desce para 52.585 e desses apenas menos de 40.500 tem esse contrato.

A tardia e adiada publicação da nova portaria dos rácios (13 de Setembro 2017) veio aliviar, mas não resolver, os problemas de carência de funcionários das escolas que haviam sido agravados por este governo. De facto, a nova Portaria n.º 272-A/2017 de revisão da dotação do pessoal não docente das escolas e agrupamentos de escolas, apesar das claras limitações e dos muitos constrangimentos identificados designadamente pelo Conselho das Escolas, na sua Declaração n.º 1/2017, permitiria de acordo com o levantamento desenvolvido pelo Ministério da Educação e anunciado pelo Ministro da Educação a 6 de setembro de 2017, que 1.500 funcionários fossem contratados. No entanto, só em meados de novembro de 2017 no debate do OE, depois do Sr. Primeiro-ministro ter sido confrontado com a ausência de autorização das finanças, foi permitida a contratação de 500, e o remanescente chegou às escolas no início do ano letivo de 2018/19.

[Escrever texto]



É hoje publicamente estimado que falem às escolas "cerca de três mil funcionários" para que estas funcionem normalmente. Isto porque há dois anos o número de auxiliares em falta ascendia a seis mil, com o reforço de cerca de três mil, "faltam os outros três mil".

Como fica evidente não houve reforço funcional, a revisão da portaria dos rácios revelou-se insuficiente e permanecem sem resposta problemas relacionados com a necessária celeridade nas substituições. Isso mesmo é sentido pelas escolas, havendo estimativas apontam para uma carência de funcionários em 80% das cinco mil escolas existentes e que que falem às escolas "cerca de três mil funcionários" para que funcionem normalmente.

Esta é uma situação que preocupa o PSD, em particular num ano letivo que será marcado por uma nova reforma curricular, tardiamente apresentada às escolas, classificada por muitos de "experimentalista" e que tal como o Sr. Presidente da República alertou feita sem avaliações prévias e vaga quanto aos recursos necessários para a sua execução.

Atendendo que a Assembleia da República tem um papel de fiscalização da atividade do Governo, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer, nos termos legais e regimentais e com carácter de urgência, a audição do Senhor Ministro da Educação, na Comissão de Educação e Ciência.

Palácio de São Bento, 18 de setembro de 2018.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD

Margarida Mano

Pedro Pimpão